



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Comissão Permanente de Contratos e Compras - CPCC/CMPV
E-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/CPCC-2026
PROCESSO Nº 00600-00026501/2025-12-e

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, Pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº 04.107.678/0001-29, por intermédio da Comissão Permanente de Contratos e Compras - CPCC, através de seu Pregoeiro(a) designado pela Portaria de n.º 014/CMPV-2025, publicada no D.O.M. Nº 4075 de 26 de setembro de 2025, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** sob o Nº 001/CPCC/CMPV-2026, para do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa aberto, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL – LF nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Resolução da Mesa Diretora nº. nº 02/CMPV-2024 e demais legislações complementares.

OBJETO: A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), por 12(d0ze) meses, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, Termo de Referência, os quais deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

MODO DE DISPUTA ABERTO:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

A Partir 13/05/2026, às 00h00min

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 27 de maio de 2026, às 10h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 27 de maio de 2026, às 10h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. **Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).** Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados conforme dias e horários estabelecidos acima.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

E-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br

Telefone para Contato: (69) 9910-6185

Endereço: Câmara Municipal de Porto Velho – CMPV, Comissão Permanente de Contrato e Compras – CPCC. Rua Belém, nº 139 – Bairro Meu Pedacinho de Chão. CEP: 76.820-734 – Porto Velho – RO

Site: <http://transparencia.portovelho.ro.leg.br/transparencia/licitacoes>

marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro (a) aos licitantes;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados conforme dias e horários estabelecidos acima.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

E-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br

Telefone para Contato: (69) 9910-6185

Endereço: Câmara Municipal de Porto Velho – CMPV, Comissão Permanente de Contrato e Compras – CPCC.

Rua Belém, nº 139 – Bairro Meu Pedacinho de Chão. CEP: 76.820-734 – Porto Velho –



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Comissão Permanente de Contratos e Compras - CPCC/CMPV
E-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br

RO

Site: <http://transparencia.portovelho.ro.leg.br/transparencia/licitacoes>

Porto Velho, 11 de maio de 2026.

EVANDRO VIEIRA DA SILVA
Pregoeiro



<p>EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/CPCC - 2026 PROCESSO Nº 00600-00026501/2025-12-e Regido, Decreto 10.024/2019, Resolução da Mesa Diretora nº. nº 02/CMPV-2024, Lei Complementar nº. 123/2006., subsidiariamente, pela Lei (LGL – LF nº 14.133/21, no que couber.</p>	
Objeto	A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), por 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, Termo de Referência, os quais deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.
PREGÃO ELETRONICO <i>SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</i>	
<p>INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: A Partir 13/05/2026, às 00h00min DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 27 de maio de 2026, às 10h30min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 27 de maio de 2026 às 10h30min ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br</p>	
Local:	O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro(a) aos licitantes;
Pregoeiro(a):	EVANDRO VIEIRA DA SILVA



EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 001/CPCC –

2025

PROCESSO Nº 00600-00026501/2025-12-e

1. PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, Pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº 04.107.678/0001-29, por intermédio da Comissão Permanente de Contratos e Compras -CPCC, através da Pregoeiro(a) designado pela Portaria 014/CMPV-2025, publicada no D.O.M. Nº 4075 de 26 de setembro de 2025, publicada no D.O.M. Nº 4075 de 26 de setembro de 2025, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRONICO Nº 001/CPCC/CMPV-2025**, do tipo **MENOR PREÇO** no modo de disputa aberto, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL – LF nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Federal nº10.024/2019, e demais legislações complementares, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e , Resolução da Mesa Diretora nº. nº 02/CMPV-2024seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo. Com:

INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

A Partir 13/05/2026, às 00h00min

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 27 de maio de 2026, às 10h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 27 de maio de 2026 às 10h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

1.1.1 - LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro(a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeira aos licitantes;

1.1.2 – O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos a respeito do certame poderão ser prestados pelo pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, e o pedido devem ser direcionados a Comissão



Permanente de Licitações, da Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV -RO, sito à: Belém, nº 139 – Bairro Meu Pedacinho de Chão, CEP 76.820-734, Porto Velho – RO, em dias úteis nos horários de 08h00min as 14h00min (Horário de Rondônia), site: www.portovelho.ro.leg.br ou pelo e-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br

1.1.3. A Câmara Municipal de Porto Velho – Rondônia, requisitante atua como gerenciador do PREGÃO ELETRÔNICO;

1.1.4 Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica, seja cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentará do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.5 A sessão inaugural de abertura deste PREGÃO ELETRÔNICO iniciar-se-á com o credenciamento e habilitação dos interessados no site LICITANET, conforme abaixo:

1.1.5.1 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação da Pregoeira aos licitantes;

1.1.5.2 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília-DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº. **00600-00026501/2025-12-e**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.3 DA ESCOLHA DA PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:

1.3.1 A Câmara Municipal de Porto Velho–RO para definir sua plataforma de suporte aos pregões eletrônico efetuou Estudo Técnico para a escolha da Plataforma mais vantajoso para esta Casa, onde foi elaborado envolvendo as diversas áreas de soluções, negócios



e tecnologia, dentro do que preceitua a Decisão 390/2014 do TCE-RO e da legislação vigente. Vale destacar que estabelecemos critérios técnicos de economicidade, transparência, modicidade das taxas cobradas, segurança, agilidade e eficiência, e após tabulados todos esses dados objetivos, avaliamos a legalidade da melhor escolha.

1.3.2 Assim, uma das formas de manter a eficiência e a continuidade do serviço de disponibilização de plataforma de pregão eletrônico, através do estudo realizado, é a manutenção da plataforma já existente, que atende integralmente a finalidade e ao interesse público, bem como respeita a **Decisão 390/2014 do TCE-RO**.

1.3.3 Portanto, à luz dos princípios administrativos da competência, moralidade e eficiência, não poderia haver melhor escolha senão a **LICITANET – Licitações On-Line**, como plataforma eletrônica para operacionalização dos pregões eletrônicos desta Casa De Leis, sendo a mais acertada, conforme Processo nº 01 00500-000 2017.

2. DO OBJETO

2.1 . A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), por 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, Termo de Referência, os quais deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), por 12(doze) meses, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, Termo de Referência, os quais deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas. **Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública**, qualquer cidadão e licitante poderá **IMPUGNAR** o instrumento convocatório deste **PREGÃO Eletrônico**, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se através do e-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br ou protocolizada a na sala da Comissão Permanente de Contratos e Compras- CPCC/CMPV, dirigida ao Pregoeiro(a).

3.1.1. Caberá a PREGOEIRO(A) decidir sobre a impugnação formulada, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e ainda pela Assessoria Jurídica da Procuradoria da Câmara Municipal de Porto



Velho - RO.

3.1.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeira, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, manifestando-se através do e-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **aviso de errata, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos**, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

4.2.1. ADENDO MODIFICADOR é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

4.2.2. NOTA DE ESCLARECIMENTO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

4.2.3. ERRATA é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

4.2.4. AVISO DE REABERTURA é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.



4.2.5. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) preferencialmente via e-mail (aquele informado na petição), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeira.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta Licitação firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no ANEXO V para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio o seu regime de tributação.

b) Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto à **LICITANET – Licitações On-line**;

5.1.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

PLANO AVULSO	30 dias	90 dias	365 dias
R\$ 107,00	R\$161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

5.2. Não poderão participar da presente licitação, sob as penas da lei, as empresas que:

a) Estrangeiras que não funcionem no País;



- b)** Constituída em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c)** Que possuam sócios comuns a outra (s) empresa (s) que esteja (m) participando deste certame (Acórdão TCU 2136/06, 1ª Câmara);
- d)** As que estiverem em processo de recuperação judicial, sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.
- e)** As que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;

5.2.1. O disposto no subitem anterior aplica-se aos pregoeiros e Equipe de Apoio;
É vedada a participação de empresas que tenham como sócios ou empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do Presidente da Câmara e Vereadores, para a execução de serviços.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c)** abrir as propostas de preços;
- d)** analisar a aceitabilidade das propostas;
- e)** desclassificar propostas indicando os motivos;
- f)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h)** declarar o vencedor;
- i)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j)** elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k)** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l)** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.



DA PARTICIPAÇÃO

6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.4 Os licitantes interessados deveram apresentar as condições habilitatórias prevista na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, na resolução Administrativa 13/TCERO/03, bem como as qualificações jurídicas, fiscal e financeira, que comprovem a capacitação para prestação do serviço, conforme dispuser o edital.

6.5 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, em consonância o art. 13, inciso IV do Decreto Federal nº. 5.450/05;

6.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: **(34) 3014-6633 - (34) 9807-6633** ou pelo e-mail **contato@licitanet.com.br**.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.7 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para abertura e julgamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;

6.8 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;



6.9 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o Item.

6.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.11 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes;

6.12 No caso de desconexão com o Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

6.13 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou *e-mail* divulgando data e hora da reabertura da sessão;

6.14 Art. 32. DECRETO N° 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do **caput** do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15 Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

6.16 O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.17 A pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.



6.18 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá a pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6.18.1 Entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o item.

6.18.2 O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparada.

6.19 Os documentos relativos à habilitação, solicitados no **ITEM 11** deste Edital, deverão ser anexados juntamente com a proposta de preços no sistema. Com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticados no prazo de 2(dois) dias úteis após a solicitação do Pregoeiro(a).

6.20 A licitante deverá encaminhamento a proposta readequada ao valor negociado e os documentos original ou cópia autenticados no prazo de 2(dois) dias úteis após a solicitação do Pregoeiro(a) a CPCC no Endereço: A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO, Belém, nº 139 – Bairro Meu Pedacinho de Chão, CEP: 76.820-734 – Porto Velho – RO. A/C da Pregoeiro(a)

6.21 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 19, deste Edital, podendo ainda, o Pregoeiro(a) inabilita-la e convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

6.22 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;



6.23. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço, desde que a mesma apresente valor igual ou inferior ao valor estimado para a contratação;

6.24. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7. DO CRITERIO DE JUGAMENTO

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1 Os valores deverão ser compatíveis dos preços em relação ao estimado para aquisição, de acordo com os preços praticados no mercado.

8. DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇO NO SISTEMA ELETRONICO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços **COM MENOR PREÇO**, a partir da data da liberação do Edital no site www.licitanet.com.br até o horário limite estabelecido no cronograma para inserção das propostas e realização da sessão de disputa, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

8.1.1. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.2 O licitante deverá **declarar**, em campo próprio do sistema eletrônico, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.**

8.3 O licitante deverá **declarar**, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, **que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição**



de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

8.4 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

8.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

8.6. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, os licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, **CONFORME DESCRIÇÃO DO OBJETO NO ANEXO I – Termo de Referência/Projeto Básico**, no campo **DESCRIÇÃO COMPLETA** do sistema **LICITANET**, conforme **ITEM 10.6 e demais subsequentes**;

8.6.1. As propostas registradas no Sistema **LICITANET**, **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo Pregoeiro(a).

8.7. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

8.8 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.9 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas **na LICITANET e as especificações constantes do ANEXO I** (Termo de Referência/Projeto Básico), prevalecerão às últimas.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após finalização dos lances **HAVERÁ** negociações e atualizações dos preços através do **CHAT MENSAGEM** do sistema **LICITANET**, devendo o Pregoeira examinar a

compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pela Divisão de Compras e Instrução Processual da Câmara Municipal de Porto**



Velho/RO, bem como, se o valor unitário e total se encontram com no máximo 02 (duas) casas decimais;

9.1.1. A entidade licitante poderá não aceitar e não adjudicar o item cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da **Câmara Municipal de Porto Velho/RO**.

9.1.2. Caso a licitante não negocie o valor proposto, através do **CHAT MENSAGEM, NO PRAZO DE 15' (QUINZE MINUTOS)**, o Pregoeiro(a) poderá desclassificar a licitante no item, cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, valores apurados pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Câmara Municipal de Porto Velho/RO.

9.1.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – Termo de Referência/Projeto Básico**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, convocará no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, no prazo de 15' (quinze minutos), **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**.

10. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Pregoeiro(a) verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

10.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela Pregoeiro(a), através do **CHAT MENSAGEM**;

10.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

10.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

10.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7 e demais subitens** do edital de licitação;

10.5. Após a fase de lances o Pregoeiro(a) efetuará a **ACEITAÇÃO do item, de acordo com os lances ofertados, negociados e atualizados**;



10.6. As propostas de preços ENVIADAS POR E-MAIL (licitacao@portovelho.ro.leg.br) E ANEXADAS AO SISTEMA QUANDO CONVOCADAS deverão conter SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:

10.6.1. Prazo de validade, a contar da data apresentação da sua proposta de preços;

10.6.2. As propostas devem conter as especificações dos objetos e serviços de forma clara, descrevendo detalhadamente as **características técnicas**, sendo vedada à omissão ou o uso de expressões como: **“REFERÊNCIA”, OU “CONFORME NOSSA DISPONIBILIDADE DE ESTOQUE”, “SOB CONSULTA” E “CONFORME EDITAL”**, constando os quantitativos, valores unitários e totais, bem como a marca, preferencialmente conforme modelo contido nos **ANEXOS IV – MODELO DE CARTA PROPOSTA**;

10.6.2.1. As licitantes deverão apresentar dentro do envelope de Proposta a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta no Anexo II deste Edital**, confeccionado em papel timbrado da empresa e obrigatoriamente assinada pelo seu representante legal ou mandatário, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**;

10.7 Casos a licitante de menor lance seja desclassificada, será convocada as licitantes na ordem de classificação de lance.

10.8 Toda e qualquer informação, referente à convocação da proposta final será transmitida pelo Pregoeiro(a), através do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

10.9 A Pregoeiro(a) a, em hipótese alguma, convocará o licitante para reenvio da proposta de preços, caso seja enviada errado;

10.10 Havendo apenas uma oferta, está poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;



10.11 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

10.12 Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor, não será aceita a prática de “jogo de planilha” proposta de preços que oferece valores abaixo dos de mercado para itens em que se espera pouco consumo.

10.13 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro(a) que comunicará às licitantes através do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

10.14 A Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando **ACEITO**, e passando para a fase de habilitação;

10.15 A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto no edital.

10.16 A Pregoeiro(a) caso julgue necessário submeterá a documentação relativa a proposta, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica o setor solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos serviços ofertados, bem como realizem análise dos valores ofertados de acordo com de preços de mercado.

10.17 Nos casos em que o valor da proposta for inferior ao valor orçado pela Administração, o Pregoeiro(a) a, utilizando de critérios subjetivos para aferir a exequibilidade das propostas, oportunizará ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do inciso IV juntamente com o § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.



11. DA HABILITAÇÃO DA (S) LICITANTES

11.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a habilitação da (s) licitantes;

11.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro(a), através do CHAT MENSAGEM;

11.1.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);
- b) Cédula de identificação dos sócios, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;
- c) Requerimento de empresário/Registro comercial, ou Declaração de Firma Individual no caso de empresa individual. Ou;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Ou;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir,
- g) Alvará de funcionamento para o exercício vigente, caso o alvará seja definitivo, apresentar cópia da taxa de recolhimento exercício vigente.

11.1.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

- a) **Certidão Conjunta Negativa ou com Efeito Negativo** de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) **Certidão Negativa ou com Efeito Negativo de Tributos Estaduais** (fins de licitação);
- c) **Certidão Negativa ou com Efeito Negativo de Tributos Municipais**, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) **Certificado de Regularidade do FGTS** (CRF).

11.1.4 DA REGULARIDADE TRABALHISTA:



- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT, conforme Lei n. 12.440/11).**

11.1.5 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 30 (trinta) dias caso não conste o prazo de validade.

11.1.6 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentar de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnicas fornecido por pessoa de direito público, **ou privado com firma reconhecida em cartório**, de que a empresa tenha fornecido produto/serviços semelhantes ao objeto de pretensa contratação de forma satisfatória.

11.1.7 Serão consultados os cadastros abaixo relacionados em nome da empresa licitante (CNPJ) e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, caso haja inadimplência o Licitante será inabilitado.

- a.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
- b.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- c.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

11.2 Toda e qualquer informação, referente a convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro(a), através do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

11.3 TERMO DE COMPROMISSO, conforme modelo contido no ANEXO III,



11.4 As certidões acima mencionadas, que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo pregoeiro(a), se emitidas nos últimos 30 (trinta) dias corridos.

11.5 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ENVIADA TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO;

11.6 O prazo para o encaminhamento do original e/ou cópia autenticada da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, será de até 02-(dois) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual (após solicitado pelo Pregoeiro através do sistema) para Câmara Municipal de Porto Velho - RO, Belém, nº 139 – Bairro Meu Pedacinho de Chão, CEP 76.820-734, POR E-MAIL (licitacao@portovelho.ro.leg.br), A/C PREGOEIRO(A): E V A N D R O V I E I R A D A S I L V A , em envelope contendo em sua face externa os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

PROCESSO Nº. **00600-00026501/2025-12-e**

PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF E ENDEREÇO DA EMPRESA.

11.7 A Pregoeiro(a), em hipótese alguma, convocará o licitante para reenvio dos documentos de habilitação, caso seja enviado errado.

11.8. As empresas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição;

11.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro(a) do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme LC 147/2014;

11.8.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **11.8.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Câmara Municipal de Porto Velho convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;



Observação:

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, bem como Lei Complementar nº. 139/11, a saber:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II – no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

(...)

§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento



de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; 12 X – constituída sob a forma de sociedade por ações. ”

11.9. O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

11.10. Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

11.11. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, **serão inabilitadas**.

11.12. Se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor, habilitado e a ele adjudicado o objeto do certame;

11.13. Na fase de Habilitação, após ACEITO e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.14. A habilitação da licitante poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro(a) que comunicará às licitantes através do sistema eletrônico.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

a) A Pregoeiro(a) assegurará tempo de **15 (quinze) minutos** para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

12.1.1 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis



de aproveitamento;

12.1.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro(a) ao vencedor;

12.1.3 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.2 O encaminhamento da manifestação ao registrar o recurso, bem como a manifestação da contrarrazão, deverá ser em campo próprio do sistema.

12.3 Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

- a)** Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;
- b)** Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

12.3.1 Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

12.3.2 A intimação dos atos referidos no **subitem 12.3, alíneas “a” e “b”**, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão ELETRÔNICO, que poderão impugná-los no prazo de 03 (três) dias úteis;

12.3.3 O recurso interposto fora do prazo não será acolhido;

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá **reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MENOR PREÇO POR ITEM apurado, o Pregoeiro(a) declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) ITEN (s), ADJUDICANDO-O.

13.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão ELETRÔNICO constarão em ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.



13.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

13.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

13.5 Quando houver recurso e a Pregoeiro(a) mantiver sua decisão, esse deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em favor da empresa por meio de **depósito em conta corrente**, através de Ordem Bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em que deverão ser discriminados os Material/serviços, a comprovação da regularidade no recolhimento dos impostos, sendo apresentado: Certidão Negativa da Receita Federal referente a Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa da Secretaria de Finanças Estadual, Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais, Certidão Negativa da Receita Federal referente a Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão de Ações de Falência e Concordata e Recuperação Judicial (1º grau), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas pela empresa.

14.2. A Câmara Municipal terá **prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la** ou **rejeitá-la**.

14.3. A nota fiscal/fatura não aprovada será devolvida à empresa para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.

14.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR ESTIMADO

15.1 . As despesas decorrentes da aquisição/execução dos serviços ocorrerão por conta dos recursos consignados por conta do orçamento da Câmara Municipal.



15.2 O preço total estimado para contratação dos itens é de **R\$ R\$ 184.000,00 (Cento e noventa mil seiscientos e sessenta reais).**, preço cotado através de pesquisa no mercado local pela DIVISSAO DE COMPRAS INSTRUÇÃO PROCESSUAL, conforme **PROCESSO Nº 00600-00026501/2025-12.**

15.3 As despesas referentes à aquisição ocorrerão a conta dos recursos específicos considerados no orçamento, da Câmara Municipal, conforme codificação abaixo:

Projetos Atividade: 011.22.00.102.001.- Administração da
Unidade Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, ou outro que venha
a substituí-lo ou se revelar mais adequado à classificação da
despesa de acordo com a execução orçamentária.
Fonte:100 – Recursos Próprios.

16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1 O contrato terá sua vigência estabelecida nos termos do art. da Lei nº. 14.133/21.

16.2 Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

16.3 A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores da CONTRATANTE, indicados pelo responsável da pasta, **conforme Anexo I – Termo Referência/Projeto Básico.**

16.4 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Instrumento Contratual a ser firmado, independentemente de transcrição.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

17.2 Executar os fornecimentos conforme contidos no Termo de Referência/Projeto Básico;

17.3. Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

17.4. Atender às determinações da Administração para o cumprimento de obrigação



contratual assumida no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

17.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

17.6. Executar após o recebimento da nota de empenho o fornecimento, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

17.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

17.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Câmara Municipal, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto o fornecimento do material/serviço;

17.9. A contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação durante o vínculo com a Administração.

17.10. Executar o objeto da licitação, no prazo e locais indicados pela Câmara Municipal, em estrita observância das especificações do Termo de Referência/Projeto Básico, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal).

17.11. Assumir o ônus e responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e quaisquer outras contribuições tributárias, fiscais e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do objeto licitado.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

18.2 Solicitar formalmente à Contratada, mediante Ordem de Compra e Nota de Empenho, o fornecimento do material/serviço conforme a necessidade da administração;

18.3 Efetuar o recebimento provisório dos objetos, acompanhados da Nota Fiscal,



mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;

18.4 O recebimento provisório não implica aceitação.

18.5 Efetuar o recebimento definitivo dos objetos, após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste instrumento, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo **(quando necessário)**.

18.6 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

18.7 Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;

18.8 Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

18.9 A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.

18.11 Pagar ao fornecedor e/ou à CONTRATADA até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, ou seu substituto ou pessoa designada para esse fim, conforme dispõe o Artigo 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

18.10 Será procedida consulta "ON LINE", junto aos órgãos competentes antes de cada pagamento efetuado à empresa fornecedora/contratada, a fim de verificar a situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.

18.11 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor e/ou contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

18.12 Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa estar entregar os produtos;

18.13 Comunicar ao licitante vencedor quaisquer irregularidades nos produtos entregue;

18.14 Observar se o produto não entregue pela Contratada, salvo por motivo de força maior devidamente justificado.



18.15 Rejeitar no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o Termo de Referência/Projeto Básico;

18.16 Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Fatura (s) /Nota (s) Fiscal (is) da contratada, observando ainda as condições estabelecidas no edital deste certame licitatório.

18.17 Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, atrasos, falhas ou irregularidades na entrega dos produtos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e cabíveis;

18.18 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor (es) devidamente designados.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis nº 14.133/21 e 10.520/02, e previstas no Edital e/ou Contrato), as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa, nos seguintes percentuais:

- a)** No atraso injustificado da entrega do objeto contratados, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- b)** Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- c)** Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III. Inadimplemento absoluto das obrigações sujeita o contratado à aplicação das seguintes multas:

- a)** Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;



- b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;
- c) Na hipótese da empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV. Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas e orientações da Resolução nº 151/2013/TCE-RO;

V. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, na forma e hipóteses previstas pela Resolução nº 151/2013/TCE-RO.

19.2. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

19.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

19.4. Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

19.5. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

19.6. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

Base Legal: Resolução da Mesa Diretora nº. nº 02/CMPV-2024, (LGL – LF nº 14.133/21, Decreto Federal 10.024/2019.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo



licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

21. DA RESCISÃO

21.1 A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação.

21.2 A rescisão unilateral do contrato, por interesse da Administração, ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/21, em autos de processo administrativo instaurado pela Diretoria Administrativo e Financeiro - DAF.

21.3 O processo de rescisão pode ser de ofício, ou provocado pelo gestor do Contrato, Divisão de Contrato, pelo controle interno, em decorrência de sindicância ou auditoria.

21.4 A instauração do processo pressupõe a existência de elementos materiais que apontem a responsabilidade da contratada e afastem as situações jurídicas que justificam os atrasos ou as inexecuções, como o caso fortuito, a força maior, o estado de calamidade, o fato do príncipe e causa gerada pela própria Administração.

21.5 Quando existir dúvida sobre circunstância que legitime de pronto o processo de rescisão de contrato, o gestor proporá ao Presidente a instauração de sindicância de natureza investigatória, a fim de que os fatos sejam previamente esclarecidos.

21.6 O processo de rescisão seguirá o seguinte rito:

- a)** Instauração por Portaria do Gabinete da Presidência, com nomeação de um servidor ou constituição da comissão;
- b)** Publicação no Diário Oficial eletrônico do ato instaurador;
- c)** Citação da parte interessada para apresentar defesa em 10 (dez) dias;
- d)** Exame das razões da defesa;
- e)** Produção da prova de ofício ou requerida;
- f)** Apresentação facultativa de alegações finais pela defesa;
- g)** Relatório do servidor responsável ou da comissão;



- h) Pronunciamento do Presidente;
- i) Parecer do serviço jurídico do tribunal; e
- j) Deliberação do Presidente.

21.7 Na instrução e julgamento, serão aplicadas supletivamente a Lei do Processo Administrativo (Lei Federal n. 9.784/99), o Código Civil e o Código de Processo Civil.

22. REALINHAMENTO DE PREÇO

22.1 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação desta Administração e de todos os documentos hábeis para análise, a Divisão Compras e Instrução Processual verificará se houve majoração entre o preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

23.2 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

23.3 A Pregoeira ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

23.4 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 90, da Lei Federal nº. 14.133/2 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro(a).



23.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Câmara Municipal.

23.7 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta de preços, não assinar/retirar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão ELETRÔNICO.

23.10 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

23.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Câmara Municipal Requisitante a finalidade e a segurança da contratação.

23.12 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto da Lei Federal nº. 14.133/21.

23.13 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

23.14 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;



23.15 Fica assegurado a Câmara Municipal de Porto Velho, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

23.16 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência/ Projeto Básico, e por último os demais anexos.

23.17 Aos **CASOS OMISSOS** serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro(a) ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº. (LGL – LF nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº10.024/2019, e demais legislações complementares, Resolução da Mesa Diretora nº. nº 02/CMPV-2024, com suas alterações.

23.18 Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

23.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados através na sede Administrativa da Câmara Municipal de Porto Velho, junto a Comissão Permanente de Licitação - CPL podendo ser retirado de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min; e, ainda, por meio magnético pen drive, cd ou através de requerimento em papel timbrado e assinado, pelo e-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br ou pelo site: **www.licitanet.com.br**.

23.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

23.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@portovelho.ro.leg.br na sede Câmara Municipal de Porto Velho na Comissão Permanente de Contratação e Compras - CPCC/CMPV

24. ANEXOS

24.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I Termo de Referência/Projeto Básico;

ANEXO II Dados de Elaboração Independente de Proposta (modelo);

ANEXO III Termo de Compromisso;

ANEXO IV Modelo de Formulário para preenchimento da Proposta de Preços Final, planilha de especificação e quantitativos. **DISPUTA GERAL**



ANEXO V Menor Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

ANEXO VI Declaração Quanto ao Cumprimento de Menor

ANEXO VII Declaração de Inexistência de Fato Superveniência Impeditivo da Contratação com a Administração Pública;

ANEXO VIII Declaração Dando Ciência de que Cumpre Plenamente os requisitos de Habilitação;

ANEXO IX Minuta do Contrato.

25. DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho – RO, 11 de maio de 2026.

EVANDRO VIEIRA DA SILVA
Pregoeiro



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS

Processo nº 00600-00026501/2025-12-e

Assunto: Contratação de Serviço de Internet Dedicada com Solução de Segurança Gerenciada

Órgão autuador: Diretoria Administrativa e Financeira/ DAF

Interessado: Câmara Municipal de Porto Velho

Sinopse: Contratação de link de Internet, visando atender as necessidades desta Casa de Leis.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO.

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), incluindo:

- Link de internet dedicada, com velocidade mínima garantida de 1000 Mbps (1 Gbps simétrico) de download e upload, por meio de tecnologia em fibra óptica com dupla abordagem física e logicamente independente;
- Disponibilidade integral (24 horas por dia, 7 dias por semana), com Acordo de Nível de Serviço (SLA) e desempenho estritamente definidos;
- Fornecimento de um bloco de endereços IPv4 públicos fixos e válidos (/29));
- Monitoramento proativo do link, suporte técnico remoto 24x7 e atendimento presencial com tempo de recuperação definido para falhas críticas;
- Emissão de relatórios mensais de desempenho, disponibilidade e incidentes.

A prestação do serviço deverá ocorrer de forma contínua, com instalação, ativação, manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade integral da contratada.

O objeto, portanto, classifica-se como serviço de natureza comum, continuada e técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo observar, ainda, as disposições regulamentares da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL aplicáveis aos prestadores de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), notadamente as constantes nas Resoluções nº 614/2013 e nº 574/2011.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A contratação do serviço de acesso dedicado à internet visa garantir a manutenção da infraestrutura de conectividade essencial à continuidade das atividades legislativas, administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Porto Velho. A internet é elemento estruturante da gestão pública moderna, sendo indispensável para:

- Transmissão das sessões legislativas e audiências públicas em tempo real, assegurando o princípio da publicidade (CF, art. 37, caput);
- Operação dos sistemas administrativos integrados (folha de pagamento, controle interno, tramitação de proposições, etc.);
- Acesso a plataformas externas de órgãos de controle (TCE-RO, Receita Federal, bancos oficiais, etc.);
- Atualização do portal institucional e portal da transparência.

A situação atual, com serviço prestado sem contrato vigente, gera insegurança jurídica e foi objeto de alerta da Controladoria Geral. A presente contratação visa restabelecer a legalidade, garantir a continuidade de um serviço público essencial e permitir o planejamento adequado da despesa, evitando riscos jurídicos e financeiros à Administração.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de link de acesso dedicado à internet via fibra óptica, com largura de banda mínima garantida de 1000 Mbps (1 Gbps), simétricos (download e upload), com gestão integrada, alta disponibilidade e segurança avançada, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

Quadro Resumo das Especificações Técnicas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	REQUISITO MÍNIMO
1	Tipo de serviço	Internet dedicada simétrica (download/upload)
2	Tecnologia	Fibra óptica com dupla abordagem independente
3	Velocidade mínima	1000 Mbps (1 Gbps) garantidos
4	Disponibilidade	24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7)
5	SLA mínimo	99,50% na abordagem/ 99,8% no backbone
6	IPs fornecidos	Bloco /29 de IPs públicos fixos válidos
7	Latência	Inferior a 5ms (concentrador-CPE)
8	Perda de pacotes	Inferior a 2% (concentrador-firewall)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O link deverá operar de forma contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem qualquer tipo de limitação de tráfego, protocolo, porta lógica ou conteúdo. A conexão deverá ocorrer por meio de infraestrutura de fibra óptica própria da contratada, com conexão direta ao backbone da internet, sem dependência de terceiros.

A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos e recursos necessários para entrega, ativação, funcionamento e monitoramento do link.

A segunda abordagem deverá ser entregue em fibra separada da abordagem principal, garantindo a operação autônoma e o failover automático em caso de falha total ou parcial da abordagem principal. Ambas as abordagens deverão possuir capacidade integral (1 Gbps) e atender aos mesmos requisitos de desempenho.

Classificação da Contratação

A contratação será realizada em item único (lote único), dada a indivisibilidade técnica e operacional do objeto, que exige gerenciamento centralizado, uniformidade de equipamentos e padronização da entrega. A eventual divisão em lotes comprometeria a continuidade do serviço e a responsabilização contratual, contrariando o disposto no art. 46, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Condição especial de implantação

Caso a empresa vencedora não seja a atual fornecedora dos serviços, a implantação completa do link e suas abordagens será de sua responsabilidade, inclusive ativação do circuito. Não haverá pagamento por instalação.

Especificações técnicas detalhadas

O detalhamento das especificações técnicas do qual visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, visando atender a necessidade da Câmara Municipal de Porto Velho, encontra-se no Anexo I, deste Termo de referência.

4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer exclusivamente nas dependências do Datacenter da Câmara Municipal de Porto Velho, localizado no seguinte endereço:

- Rua Belém, nº 139 – Embratel, CEP 76.820-734 – Porto Velho/RO

Neste local deverão ser entregues e ativados o link e suas duas abordagens contratadas (principal e redundante), homologação técnica da solução, ativação da conectividade e integração ao ambiente de rede da contratante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Item	Local de Instalação	Tipo de Serviço	Velocidade Contratada	IPs Fixos	Uni. de Medida	Qnt
1	Datacenter da Câmara Municipal de Porto Velho	Internet dedicada com dupla abordagem	1000 Mbps por link	5	Mês	12

4.1. A contratada será responsável por:

- Instalação física e configuração dos equipamentos e circuitos;
- Testes de desempenho e ativação com acompanhamento da equipe de TI da CMPV;
- Integração com o sistema de monitoramento e firewall;
- Entrega e suporte técnico *in loco* conforme prazos contratuais.

O ambiente destinado à instalação encontra-se tecnicamente preparado, com infraestrutura de energia estabilizada, controle de acesso, climatização e espaço físico adequado, conforme orientação da equipe do Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da CMPV.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

A execução do contrato deverá iniciar-se após a assinatura do instrumento contratual e emissão da ordem de serviço, com prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para instalação, ativação e plena funcionalidade do link e suas duas abordagens contratadas (principal e redundante) e demais itens previstos neste Termo de Referência, em razão da criticidade dos serviços legislativos e da necessidade de continuidade administrativa.

O prazo de implantação da solução só poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica aceita pela Administração, desde que não comprometa a continuidade dos serviços de rede e internet da Câmara Municipal.

A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º dia do mês subsequente à ativação efetiva da solução, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza continuada.

A prestação do serviço será contínua, sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas contratualmente, devendo a contratada manter a disponibilidade mínima exigida (SLA) durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços de conectividade à internet deverá ocorrer de forma ininterrupta e contínua, por meio da disponibilização de link dedicado em fibra óptica com dupla abordagem (principal e redundante), com as características e requisitos mínimos já estabelecidos nos tópicos anteriores.

A execução ocorrerá em regime mensal, com monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), suporte remoto permanente e atendimento presencial emergencial em até 2 (duas) horas em caso de falhas críticas. A contratada deverá garantir a operação plena e simultânea do link e suas duas abordagens, com failover automático.

A instalação e ativação da solução completa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço (Nota de Empenho), salvo motivo justificado e aceito pela Administração.

Quaisquer atividades que exijam interrupção programada do serviço deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 48 horas e realizadas preferencialmente fora do horário de expediente da Câmara, salvo em caráter emergencial.

A prestação dos serviços deverá seguir o seguinte fluxo operacional:

- Instalação técnica dos equipamentos e ativação do link no Datacenter da Câmara Municipal;
- Configuração e integração com a infraestrutura de rede existente;
- Disponibilização de interface de gerenciamento online, com funcionalidades de monitoramento, abertura de chamados, geração de relatórios e acompanhamento de desempenho;
- Manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual, sob responsabilidade exclusiva da contratada;
- Relatórios mensais obrigatórios, com indicadores de disponibilidade (uptime), latência, perdas de pacotes, incidentes críticos e ações corretivas adotadas.

O fornecimento do objeto desta contratação não poderá ser executado por terceiros, estando a contratada vedada de ceder ou sublocar os serviços, devendo garantir a perfeição técnica dos mesmos.

A contratada deverá manter um plano mínimo de continuidade e contingência do serviço, com medidas preventivas e corretivas para mitigar interrupções, falhas graves, ataques cibernéticos ou indisponibilidade do link.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer e instalar, sem ônus adicional, todos os equipamentos, cabos, dispositivos de segurança e interfaces técnicas necessárias para a ativação e operação plena do link contratado e suas duas abordagens (principal e redundante), conforme os requisitos descritos neste Termo de Referência.
- Ativar o link e colocar em funcionamento a solução contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedida pela Contratante.
- Prestar os serviços contratados de forma contínua, estável e segura, conforme os parâmetros de desempenho, disponibilidade e qualidade definidos no presente Termo.
- Corrigir, reparar, substituir ou refazer, por sua conta e risco, quaisquer falhas, defeitos, vícios ou não conformidades identificadas na prestação dos serviços, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- Manter suporte técnico remoto 24x7, com atendimento emergencial presencial em até 2 (duas) horas para incidentes críticos que comprometam o funcionamento da conexão.
- Manter monitoramento técnico proativo dos circuitos contratados, garantindo a geração de alertas automáticos e relatórios periódicos de disponibilidade, uso de banda, incidentes e tempo de resposta.
- Disponibilizar interface web (GUI) para acompanhamento técnico, abertura de chamados, consulta de logs, extração de relatórios e verificação de desempenho em tempo real.
- Garantir a separação física entre as abordagens principal e redundante, utilizando rotas e infraestrutura distintas, assegurando efetiva continuidade do serviço em caso de falha de uma das abordagens.
- Garantir a segurança dos dados trafegados e tratados no âmbito da contratação, observando a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
- Cumprir as normas técnicas da ANATEL, especialmente as contidas nas Resoluções nº 614/2013 e nº 242/2000, bem como manter em vigor todas as licenças e autorizações exigidas para prestação do serviço.
- Manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para contratação, substituindo documentos vencidos e comunicando eventuais alterações que possam comprometer a execução contratual.
- Permitir e facilitar o acesso da equipe da Contratante aos ambientes de rede e aos locais



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- de instalação, sempre que solicitado para fins de fiscalização e acompanhamento dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante designação formal de gestor e fiscal, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa Interna da CMPV.
- Comunicar à contratada, de forma clara e objetiva, qualquer irregularidade, falha técnica ou não conformidade constatada na execução dos serviços.
- Proporcionar à contratada o acesso necessário às dependências da Câmara Municipal de Porto Velho para instalação, manutenção e suporte técnico do link contratado, desde que os profissionais estejam devidamente identificados e autorizados.
- Disponibilizar à contratada todas as informações, especificações e orientações técnicas indispensáveis à adequada execução do objeto.
- Atestar, mensalmente, a execução dos serviços prestados, após conferência técnica e documental, como condição prévia para a liberação dos pagamentos.
- Efetuar os pagamentos devidos à contratada, desde que observada a conformidade da prestação, a regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações contratuais.
- Rejeitar total ou parcialmente os serviços que não estejam em conformidade com os padrões estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto contratual, sempre que necessário, por razões de interesse público devidamente justificadas.
- Observar os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) no compartilhamento de dados com a contratada, restringindo-se ao estritamente necessário para execução do objeto contratual, e exigindo o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada quanto à segurança, confidencialidade e finalidade do tratamento de dados.

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto da contratação será considerado aceito provisoriamente após a instalação, configuração e ativação integral do link e suas duas abordagens contratadas (principal e redundante), com entrega de todos os equipamentos exigidos neste Termo de Referência, com base nas especificações técnicas, bem como apresentação dos respectivos testes de conectividade e desempenho.

A aceitação definitiva ocorrerá mediante verificação técnica da área de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Porto Velho, que emitirá termo de aceite com base na conformidade dos seguintes requisitos:

:



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Disponibilidade mínima de 98,89% para o link principal e 99,8% no backbone da empresa a ser contratada (SLA);
- Banda efetiva mínima de 90% da velocidade contratada (1 Gbps), simétrica para download e upload;
- Latência inferior a 50ms e perda de pacotes inferior a 2%;
- Operação das duas abordagens com failover automático e rotas fisicamente distintas;
- Acesso funcional à interface de gerenciamento técnico e emissão de relatórios de desempenho.

A aferição do cumprimento dos critérios acima será realizada por meio de inspeção técnica *in loco*, testes de conectividade, análise de relatórios e evidências operacionais, a serem registrados em relatório de verificação.

Durante a execução contratual, os serviços prestados serão verificados mensalmente, com base nos seguintes critérios objetivos de aceitação:

- Relatório mensal de desempenho com indicadores de disponibilidade, falhas e uso de banda;
- Registro e solução tempestiva dos chamados abertos pela Contratante;
- Conformidade com os padrões de suporte técnico, tempo de resposta e resolução estabelecidos;
- Regularidade dos documentos fiscais e certidões exigidas.

O descumprimento dos parâmetros mínimos exigidos poderá acarretar o não aceite da etapa correspondente, glosa parcial na fatura mensal e, se for o caso, aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

O aceite do objeto contratado estará condicionado à verificação técnica e funcional da solução implantada, que será realizada pela equipe da área de Tecnologia da Informação (DTI) da Câmara Municipal de Porto Velho.

O aceite será documentado por meio de termo formal de recebimento provisório e definitivo, assinado pela fiscalização técnica designada, conforme art. 140 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Gestor e Fiscal de Contrato designados formalmente pela Presidência da Câmara Municipal de Porto Velho, cujos nomes e matrículas constarão em portaria específica e no próprio instrumento contratual.

Compete ao Gestor do Contrato:

- Atuar como elo institucional entre a Administração e a Contratada;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Verificar o cumprimento dos prazos, qualidade dos serviços e conformidade com o objeto contratado;
- Registrar ocorrências relevantes, aplicar advertências e elaborar relatórios circunstanciados sobre a execução contratual;
- Emitir parecer quanto ao atesto das faturas e à liberação dos pagamentos

mensais. Compete ao Fiscal Técnico:

- Verificar, de forma continuada, os aspectos operacionais e técnicos do serviço prestado, inclusive testes de banda, latência e redundância;
- Avaliar os relatórios mensais apresentados pela contratada, atestando sua conformidade com os indicadores exigidos (SLA, uptime, logs, etc.);
- Fiscalizar a atuação do suporte técnico da contratada, o cumprimento de prazos de resposta e a resolução de chamados críticos;
- Relatar falhas operacionais, desconformidades ou riscos à continuidade do serviço.

A atuação do gestor e do fiscal não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega do objeto com a qualidade e nas condições contratualmente estabelecidas.

Os atos de fiscalização serão formalmente registrados em sistema próprio da CMPV, com controle documental das ocorrências, notificações, respostas da contratada e providências adotadas, nos termos do art. 117, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, após a execução dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, acompanhada de:

- Relatório mensal de desempenho técnico (uptime, falhas, atendimentos e logs);
- Atesto de conformidade emitido pela fiscalização contratual;
- Certidões atualizadas de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;
- Comprovação das retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

A nota fiscal somente será considerada hábil para pagamento após a conferência e aceitação formal dos serviços prestados, conforme os critérios estabelecidos no item 7 deste Termo de Referência.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Porto Velho, devendo ser observadas as etapas de empenho, liquidação e pagamento, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Eventuais glosas, descontos ou penalidades aplicadas serão devidamente justificadas pela fiscalização contratual e deduzidas diretamente do valor da fatura mensal correspondente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após o atesto da nota fiscal, salvo se houver pendências técnicas, documentais ou impeditivos legais devidamente registrados.

12. REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta pela contratada.

Após esse período, os valores poderão ser reajustados anualmente, mediante solicitação formal da contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no período.

O interregno de 12 meses será contado entre a data-base de apresentação da proposta ou da última aplicação de reajuste e a data da nova aplicação.

O reajuste será concedido por apostilamento contratual, nos termos do §8º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as demais condições contratuais e aprovada a solicitação pela área técnica e jurídica competente.

Na hipótese de extinção ou descontinuidade do INPC, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo, conforme definição legal ou, na sua ausência, mediante comum acordo entre as partes, por meio de termo aditivo.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, atraso injustificado ou descumprimento de cláusulas contratuais ou legais, poderão ser aplicadas as seguintes multas contratuais, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, no cumprimento de qualquer obrigação contratual, calculado sobre o valor total do contrato, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inadimplemento superior a 30 dias ou execução irregular do objeto, com possibilidade de rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência imotivada após a assinatura, ou nos casos de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada;
- d) Os valores das multas aplicadas poderão ser compensados com quaisquer créditos existentes, ou deverão ser recolhidos pela contratada no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação administrativa.

A aplicação das penalidades ocorrerá mediante prévio processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 158 a 160 da Lei nº 14.133/2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Além das multas, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- a) Advertência por escrito;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o poder público, nos termos do art. 156, IV, da mesma Lei.

A aplicação de qualquer sanção não exime a contratada do dever de indenizar os prejuízos causados à Administração, nem afasta sua responsabilidade civil, penal ou trabalhista, se for o caso.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto desta contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de natureza similar ao objeto ora contratado, especialmente no que se refere a:
 - Prestação de serviço de acesso dedicado à internet com velocidade mínima de 1 Gbps;
 - Serviços gerenciados de conectividade com suporte técnico 24x7.
- b) Declaração de que a empresa possui estrutura técnica, equipamentos e pessoal capacitado para a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- c) Comprovação de autorização válida da ANATEL, na categoria Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), conforme previsto na Resolução nº 614/2013 da ANATEL.
- d) Relação de profissionais técnicos que atuarão na execução contratual, acompanhada de comprovação de vínculo com a empresa, podendo ser por contrato social, CTPS, contrato de prestação de serviços ou equivalente.

A veracidade dos documentos será verificada pela Administração, podendo ser solicitados esclarecimentos, diligências ou complementações, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto de natureza comum, continuada e



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

tecnicamente padronizável, cujos requisitos de qualidade estão previamente definidos neste Termo de Referência.

A proposta mais vantajosa será aquela que apresentar o menor valor global pelo item único (lote único), considerando a solução completa, integrada e gerenciada, conforme as especificações técnicas descritas neste instrumento.

Não serão admitidas propostas parciais ou divididas por subitens, sob pena de desclassificação, uma vez que o fracionamento do objeto compromete a padronização, a continuidade e a responsabilidade técnica integrada da prestação do serviço.

Os preços propostos deverão estar expressos em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais, e deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, taxas, transporte, implantação, suporte e demais obrigações da contratada.

16. FONTE DE RECURSOS

A despesa decorrente da contratação será custeada com recursos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Porto Velho, nos termos da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

A dotação orçamentária específica e o respectivo elemento de despesa (natureza da despesa) serão definidas no momento da formalização da contratação e emissão da Nota de Empenho, conforme previsão no plano de contas da Unidade Orçamentária.

Para fins de planejamento, estima-se que a contratação será classificada, em princípio, no seguinte elemento:

- ND 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, ou outro que venha a substituí-lo ou se revelar mais adequado à classificação da despesa de acordo com a execução orçamentária.

O empenho da despesa estará condicionado à verificação da existência de saldo orçamentário e financeiro suficiente, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

17. NORMAS E REGULAMENTOS APLICÁVEIS

A presente contratação deverá observar integralmente as normas legais, técnicas e regulamentares aplicáveis, em especial:

- a) Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei nº 4.320/1964 – Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos;
- c) Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- d) Resolução nº 614/2013 da ANATEL – Dispõe sobre o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), exigindo outorga para prestação do serviço e regulamentando condições técnicas e operacionais;
- e) Resolução nº 242/2000 da ANATEL – Dispõe sobre certificação e homologação de produtos para telecomunicações;
- f) Lei nº 13.709/2018 (LGPD) – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, aplicável ao tratamento de dados eventualmente envolvidos na prestação do serviço;
- g) Normas da ABNT, ITIL, ISO/IEC 27001 e boas práticas de segurança da informação, quando couberem à execução do objeto.

Em caso de omissão ou dúvida interpretativa, deverão ser observadas, subsidiariamente, as orientações dos órgãos de controle interno e externo, bem como as melhores práticas administrativas reconhecidas no âmbito da Administração Pública.

18. ANEXO

ANEXO I - Especificações Técnicas

Responsável pela Elaboração:

LAÉLIA SAMPAIO CARRASCOSA

Decreto Nº 759/CMPV-2025

Revisado por:

ANDRESSA MARQUES MONTE

Gerente Administrativo

Decreto nº 238/CMPV-2025

De acordo:

RONALDO BORGES BAYLÃO

Diretor Administrativo e Financeiro – DAF

Decreto Nº 695/CMPV-2025

Obs. Elaborado com base nas especificações técnicas elaborada pela DTI/CMPV.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Anexo I - Especificações Técnicas

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall), incluindo:

- Link de internet dedicada, com velocidade mínima garantida de 1000 Mbps (1 Gbps simétrico) de download e upload, por meio de tecnologia em fibra óptica com dupla abordagem física e logicamente independente;
- Disponibilidade integral (24 horas por dia, 7 dias por semana), com Acordo de Nível de Serviço (SLA) e desempenho estritamente definidos;
- Fornecimento de um bloco de endereços IPv4 públicos fixos e válidos (/29));
- Monitoramento proativo do link, suporte técnico remoto 24x7 e atendimento presencial com tempo de recuperação definido para falhas críticas;
- Emissão de relatórios mensais de desempenho, disponibilidade e incidentes.

1. REQUISITOS DE BACKBONE E CONECTIVIDADE

- A contratada deverá possuir no mínimo 2 rotas de backbone interestaduais redundantes, com capacidade superior a 10 Gbps cada.
- Deverá possuir ASN (Autonomous System Number) próprio.
- Deverá manter interconexões em pelo menos 2 IXs (Internet Exchanges) nacionais, incluindo prioritariamente o IX de Porto Velho.
- A conexão deverá ser entregue em fibra dedicada, com duas abordagens partindo de pontos distintos da rede do fornecedor, garantindo rotas físicas independentes.

2. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DETALHADAS PARA O LINK DE INTERNET

2.1. Requisitos de Backbone e Interconexões

A empresa contratada deverá atender, de forma integral e incondicional, aos seguintes requisitos de infraestrutura:

- **Backbone Redundante:** Possuir no mínimo 2 rotas redundantes de backbone interestaduais, cada uma com capacidade superior a 10 Gbps.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **ASN Próprio:** A contratada deverá possuir ASN (Autonomous System Number) próprio registrado e ativo.
- **Interconexões Nacionais:** Manter interconexões em pelo menos 2 IXs (Internet Exchanges) nacionais, incluindo prioritariamente o IX de Porto Velho.
- **Conectividade Internacional:** Possuir conexão direta com um AS internacional com velocidade mínima de 10 Gbps.

2.2. Especificações da Abordagem de Fibra Óptica

- **Dupla Abordagem Independente:** As duas abordagens devem partir de pontos de atendimento distintos da rede do fornecedor, garantindo rotas físicas independentes e eliminando pontos únicos de falha.
- **Capacidade Integral:** O Datacenter da Câmara Municipal deverá conter o equipamento concentrador da contratada, com no mínimo 2 abordagens distintas em fibra óptica, cada uma com 100% da capacidade contratada (1 Gbps).
- **Fibra Dedicada:** A conexão deverá ser entregue em fibra óptica dedicada, com circuito exclusivo e não compartilhado

Especificações Técnicas da Instalação:

- Utilização de fibra AS no ambiente de instalação
- Fusão óptica em DIO devidamente identificado e organizado
- Fornecimento de cordões ópticos certificados de fábrica
- Módulos GBIC/SFP 10 Gbps bidirecionais, compatíveis com os equipamentos
- **Projeto Técnico:** A contratada deverá apresentar projeto detalhado do trajeto óptico, com croquis, plantas ou mapas técnicos que comprovem a distinção física entre as rotas.

2.3. Requisitos de Desempenho do Link

- **Velocidade Garantida:** 1000 Mbps (1 Gbps) simétricos (download e upload) por link, totalizando 2 Gbps de capacidade agregada.
- **Perda de Pacotes:** Máximo de 1%, medida entre o concentrador do fornecedor e a interface LAN do firewall da Câmara.

Latência:

- Máximo de 5ms entre o concentrador e o CPE de entrega
- Inferior a 50ms para conectividade geral
- **Conectividade IP:** Fornecimento de conectividade IP dedicada à Internet mundial, com fornecimento de bloco IP público /29.
- **Taxa de Transmissão:** Deverá estar disponível em sua totalidade, sem considerar overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Exclusividade:** O link deverá ser exclusivamente terrestre, sem limitações de tráfego, protocolo, porta lógica ou conteúdo.

2.4. Requisitos dos Equipamentos CPE e Roteadores

- **Dimensionamento:** Os roteadores CPE deverão ser dimensionados para operar com até 75% de uso de CPU e memória, considerando tráfego menor ou igual à capacidade dos enlaces WAN.
- **Capacidade de Encaminhamento:** Devem ter capacidade de encaminhamento de pacotes IP compatível com a velocidade dos enlaces WAN contratados.
- **Interfaces dos Roteadores do Concentrador:** No mínimo duas interfaces SFP+ de 10 Gbps.
- **Interfaces dos Roteadores CPE:** No mínimo duas interfaces Ethernet 10/100/1000Base-T Full- Duplex.
- **Protocolos Suportados:** SNMP v2c/v3, DHCP conforme RFC 2131, DHCP relay para IPv4 e IPv6, SSH com usuário de leitura, LLDP, NTP ou SNTP e REST API.
- **Acesso e Gerenciamento:** Permitir acesso via CLI console, SSH e interface Web HTTPS.
- **Roteamento:** Suportar BGP, OSPF, RIP e roteamento estático.
- **Alta Disponibilidade:** Capacidade de operar em alta disponibilidade, ativo/ativo ou ativo/passivo, com failover automático em caso de falhas.

2.5. Monitoramento e Gerenciamento do Link

- **Monitoramento Proativo:** A contratada deverá prover serviço de monitoramento proativo 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, de toda a rede, incluindo concentrador e ponto de entrega.
- **Solução de Gerência:** Disponibilizar solução de gerência de rede contemplando falhas, desempenho, disponibilidade, relatórios e níveis de serviço, com painel on-line em tempo real.
- **Métricas Monitoradas:** CPU, memória, espaço em disco, VPNs, status do cluster e violações de segurança, com suporte a traps SNMP.
- **Interface de Gerenciamento:** Portal web (GUI) com relatórios, logs e ferramentas de análise em tempo real.

2.6. Garantias e Ciclo de Vida dos Equipamentos

- **Equipamentos Novos:** Todos os equipamentos fornecidos para a viabilizar a conexão com os links de internet deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso, recondicionamento ou reforma.
- **Ciclo de Vida:** Nenhum modelo ofertado poderá estar listado como end-of-support, end-of- life ou end-of-sale na data da proposta.
- **Atualizações:** Fornecimento de atualizações de software e sistema operacional durante todo o período do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Garantia de Hardware:** Substituição imediata em caso de falhas, com todos os custos por conta da contratada.

3. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) E ATENDIMENTO TÉCNICO

3.1. Disponibilidade e Performance

- **SLA de Disponibilidade:** 98,89% nos acessos e 99,8% no backbone da empresa contratada.
- **Latência:** Máximo de 5ms entre concentrador e CPE de entrega.
- **Perda de Pacotes:** Máximo de 1% no link entre concentrador e firewall.
- **Tempo de Recuperação:** Até 2 horas corridas para falhas críticas.
- **Motivo:** necessidade de transmissões ao vivo, VoIP e sistemas críticos

3.2. Atendimento Técnico

- **Disponibilidade:** 24 horas/dia, 7 dias/semana, 365 dias/ano.
- **Canais de Atendimento:** Número telefônico e WhatsApp para suporte e helpdesk.
- **Atendimento Presencial:** Envio de responsável técnico ao local em até 2 horas para falhas críticas.
- **Relatórios:** Emissão de relatórios mensais de desempenho, disponibilidade e incidentes.

3.3. Manutenção Programada

- **Antecedência:** Informação com antecedência mínima de 48 horas.
- **Duração Máxima:** 3 horas corridas por manutenção.
- **Frequência:** Máximo de 1 manutenção programada por ano.
- **Horário:** Preferencialmente fora do horário de expediente da Câmara.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de _____ (identificação completa da licitante ou consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no subitem _____(completar) do Edital _____(completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar da _____(identificação da Licitação) foi elaborada de maneira independente pelo _____ (Licitante/Consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da _____(Identificação da Licitação), por qualquer meio ou pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da _____ (identificação da Licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da _____(identificação da Licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da _____(identificação da Licitação) quanto a participar ou não da referida Licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da _____ (identificação da Licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da _____ (identificação da Licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da _____(identificação da Licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de _____ (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Porto Velho – RO, ____ de _____ de 2026.

(Representante legal do licitante/consórcio, No âmbito da licitação,
Com identificação completa)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a entregar todo o objeto/serviço de que trata o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/____/CPL/CMPV/2026, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os serviços especificados neste Edital. Declaramos, ainda, que:

a) Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaramos plena submissão às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.

c) Declaramos a assunção de responsabilidade pela entrega dos materiais e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital.

d) Reconhecemos o direito da Administração Pública de que existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendido, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições, na forma da Lei.

e) Declaramos sob as penas da lei, que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei nº. 9.854, de 27/10/99.

f) Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos.

g) Declaramos, que os sócios proprietários e gerentes ***não Possuem vínculo empregatício*** em órgãos nas esferas Estaduais, Federais ou Municipais para poder participar do pregão eletrônico acima identificado.

h) Declaramos de que a empresa, não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar com a Administração Pública, comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

(Assinatura do representante legal)
CPF

ANEXO IV



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GERAL/CPL/CMPV

END: RUA BELÉM, nº 139 – BAIRRO EMBRATEL.

LICITAÇÃO: Modalidade: PREGÃO ELETRONICO Nº. 001/2026

Tipo: MENOR PREÇO

Consumidora: Câmara Municipal de Porto Velho

Licitante: _____ **CNPJ:** _____

Celular: (_____) _____ **Endereço:** _____

Conta Corrente: _____ **Agência:** _____ **Banco** _____

ANEXO IV – Descrição e quantitativos dos materiais.

Relação e descrição dos materiais

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade
01			
VALOR TOTAL			

OME OU RAZÃO SOCIAL DA **EMPRESA** PROPONENTE:

ENDEREÇO COMPLETO:

VALIDADE DA PROPOSTA: **60 (sessenta) dias**

CONDIÇÕES DE ENTREGA: Conforme o estabelecido no Termo de referência anexo do edital.

Local e data

CNPJ DA EMPRESA

**Assinatura e carimbo
(representante legal)**

ANEXO V



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome/razão social) _____,

Inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do

RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob nº _____, **DECLARA, para fins do disposto no Edital Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026/CPCC/CMPV/PVH, sob pena de aplicação** das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser:

☐ **Microempresa;**

☐ **Empresa de Pequeno Porte;**

Nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, e tendo interesse usufruir os benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Porto Velho, _____ de _____ de 2026

Carimbo de CNPJ da empresa

**Assinatura e carimbo
(Representante legal)**

ANEXO VI



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**(MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO
TRABALHO DE MENORES)**

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico nº 001/2026/CPCC/CMPV/PVH, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor (es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (es), a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

**Assinatura e carimbo
(Representante legal)**

Observações:

- Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante;
- Se a licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA CONTRATAÇÃO
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026/CPCC/CMPV/PVH



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede
rua/av., nº, bairro,
Cidade, UF, CEP Complemento, em conformidade com a Lei nº
14.133/21, DECLARA, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos da
sua habilitação para o presente processo licitatório, estando ciente, ainda, da obrigatoriedade de declarar
as ocorrências posteriores.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

Nome e assinatura do representante legal da empresa

(Assinatura e carimbo)
(Representante legal)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
ANEXO VIII

**(MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO)**

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – CMPV
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL
Rua Belém, nº 139, Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho – Rondônia.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026/CPL/CMPV/PVH

Declaramos em atendimento ao previsto no edital do PREGÃO em referência, **que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos** para participação no presente certame, ressalvadas as disposições constantes da Lei Complementar 123/2006, se for o caso.

Local e data

(Assinatura e carimbo)
(Representante legal)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026/CPCC/CMPV/PVH
PROCESSO Nº 00600-00026501/2025-12 -e

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso dedicado à internet em alta velocidade, com fornecimento de solução de segurança gerenciada de conectividade (firewall visando atender as necessidades desta Câmara Municipal de Porto Velho por 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência, os quais deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas. QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DE UM LADO E DO OUTRO, A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Aos _____ dias do _____ de _____ do ano de dois mil e vinte e um, a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.107.678/00001-29, situada na Rua Belém, nº 139, Bairro Meu Pedacinho de Chão, nesta Capital, neste ato representado pelo **Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, Sr. FRANCISCO GILDEAO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX/SSP/xx e CPF nº. xxx.xxx.xxx.-xx, por intermédio do **DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – DAF**, neste ato representado pela **Sr. RONALDORO**, brasileira, portador da cédula de identidade nº XXXXX/SSP/XX, CPF Nº XXX.XXX.XXX.-XX, e a **Empresa** _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nesta Capital, neste ato legalmente representada por seu representante legal _____, resolvem celebrar o presente

contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do procedimento licitatório, na modalidade **Pregão eletrônico nº**



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

001/2025/CPCC/CMPV/PVH, autorizado pelo Processo Administrativo nº 00600-00026501/2025-12, nos termos do Parecer nº ____/PG/2025, mediante as cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Registrar preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho, de **MATERIAL PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONSUMO, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES** de acordo com as especificações constantes do Edital de convocação e seus anexos.

Parágrafo Único – Integram este documento contratual, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinados e/ou rubricados:

- a) O Parecer nº ____/2026/PG/2025, as fls ____;
- b) O Processo Administrativo nº 01.00330-000/2024, por intermédio do qual foi conduzido o procedimento licitatório;
- c) Proposta da **CONTRATADA**, constante dos autos, as fls. _____.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – O presente contrato será executado sob o regime de empreitada por **MENOR PREÇO**, sendo o preço de cada item fixo e irrevogável;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O valor estimado deste contrato é de **R\$** _____ (_____), valor este irrevogável durante o prazo contratual, exceto no que diz respeito à cláusula quinta deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 Ficam as empresas responsáveis no último dia útil de cada mês através de expediente encaminhado a Diretoria Administrativa e Financeira – DAF com as notas fiscais e requisições, solicitar o pagamento que será efetuado pela Divisão Financeira da Câmara Municipal de Porto Velho, através ordem bancária em

nome da empresa vencedora, no prazo de até o 10º (décimo) dia consecutivo, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais, mediante parecer emitido pelo Controle Interno da CMPV e, verificação da legalidade do ato comprovando a entrega dos materiais conforme nota fiscal devidamente



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

certificada e apresentação das certidões de regularidades fiscais, devendo o licitante fornecer o número da conta, o número da agência e o nome do banco, por ocasião da proposta;

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço

4.3 Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, a Câmara Municipal fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE:

5.1 - O valor do presente contrato é irrealizável nos termos da legislação vigente, considerando o prazo contratual, salvo acordo entre as partes, depois de comprovado o desequilíbrio econômico financeiro na relação contratual, por intermédio de informações oficiais, tendo por base as disposições do parágrafo 8º do art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

6.1 – O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de Termo Aditivo, com fundamento no Inciso II, do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS:

7.1 – Os eventuais fornecimentos oriundos deste Registro ocorrerão da seguinte forma:

7.1.1 - Quando da Solicitação pela Câmara Municipal, os itens de **material de consumo**, serão solicitados mediante a emissão de empenho observado o quantitativo empenhado, estimado para 12(doze) meses.

7.1.2 – O recebimento dos produtos descritos acima será realizado por Comissão designada para tanto, mediante apresentação pela Futura Contratada das requisições emitidas no período de referência (quinzena), ou (mensal) que serão verificadas de acordo com o relatório emitido pelo Departamento Administrativo – DA/CMPV;

7.1.3 - O recebimento dos produtos descritos acima será realizado por Comissão designada para tanto, mediante apresentação pela Futura Contratada de Nota fiscal que serão verificadas com o Departamento Administrativo – DA/CMPV;

7.1.4 - A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da ordem de fornecimento, no Departamento Administrativo – DA/CMPV;



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

7.2 - A critério da Administração, poderá haver fornecimentos adicionais dentro do período estipulado no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS:

8.1 - Se a contratação ocorrer neste exercício, as respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Porto Velho como Projeto Atividade e Elemento de Despesa;

8.2 - Os recursos orçamentários são provenientes do Projeto Atividade e Elemento de Despesa a seguir exposto:

Projetos Atividade: 01.01.01.122.010.2.001 – Administração da Unidade.

Elemento de Despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Compete à **CONTRATADA**:

9.1 A Contratada obriga-se a:

9.1.1 Fornece os materiais a Câmara Municipal de Porto Velho, mediante a apresentação de Nota de empenho devidamente assinada pelo o ordenador de despesa e servidor competente;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.5 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

9.1.8 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.1.9 A futura contratada deverá efetuar a entrega do (s) PRODUTO/SERVIÇOS (s), conforme informado na cláusula 7ª deste Contrato, observando sempre, a competente emissão de empenho, a formalidade exigida para o documento, e ainda:

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10. - O CONTRATANTE obriga-se a:

10.1 - Além daquelas determinadas por leis decretos, regulamentos e demais disposições legais a Contratante se obrigará:

10.1.1 - Proporcionar todas as facilidades para o fiel cumprimento das obrigações dentro das normas e condições estabelecidas no edital;

10.1.2 - Receber os produtos entregues pela futura contratada, desde que em conformidade com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência, bem como, da Ata de Registro de Preços;

10.1.3 - Efetuar regularmente o pagamento do objeto da contratação, desde que atendidas às disposições constantes deste Termo, do Edital de Licitação, bem como, da Ata de Registro de Preços;

10.1.4 - Expedir a solicitação atreves de nota de empenho destinadas ao fornecimento;

10.1.5 - Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a solicitação do (s) produtos;

10.1.6 - Efetuar o pagamento da empresa vencedora em conformidade ao estabelecido no edital;

10.1.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora entregar fora das especificações, conforme anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

11.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Registro de Preços, serão aplicadas à empresa contratada que incorrer em inexecução total ou parcial da prestação as penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, aplicando-se ainda, as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório;

a) advertência;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

b) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, em caso de atraso até 2 (dois) dias para entregar os produtos a contar do prazo estipulado em cada ordem de fornecimento emitida, ou descumprimento de qualquer obrigação assumida;

c) multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, do valor total do Contrato, em caso de atraso superior a 2 (dois) dias para iniciar os serviços, a contar do prazo estipulado em cada ordem de fornecimento emitida com base na 14.133/21, até o limite de 10% (Dez por cento);

d) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para a assinatura do contrato;

e) Multa de 10% (dez por cento) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

f) Multa de 10% (dez por cento) por cento do valor contratado, no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

g) suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo de até 02 (dois) anos;

h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada na letra anterior.

11.2 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.3 - As multas serão aplicadas após regular processo administrativo. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado;

11.4 - As sanções administrativas previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa.

11.5 - No caso de aplicação de multa em casos não previstos nas letras acima, será observado percentual de 2% (dois por cento) quando a empresa contratada:

a) recusar-se a fornecer o produto contratado, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;

b) prestar informações inexatas ou causar embaraços ou desatender às determinações da fiscalização;



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO**
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

c) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem a concordância expressa do Município;

d) negociar com terceiros as faturas emitidas contra o Município;

e) desatender às determinações da fiscalização;

11.6 - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo, não podendo ultrapassar a 10% do valor da Nota de Empenho, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venha a ser causado ao interesse público.

11.7 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela contratante à empresa contratada, após o regular processo administrativo.

11.8 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Município.

11.9 - O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 05(cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1. São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:

- a)** O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;
- b)** O desatendimento às determinações necessárias à execução contratual;
- c)** A prática reiterada de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos da Lei nº 14.133/21;
- d)** A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa, desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;
- e)** Razões de interesse público, devidamente justificadas;
- f)** A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

12.2. A rescisão contratual poderá ser determinada:

- a) Por ato unilateral, nos casos elencados na Lei nº 14.133/21
- b) Por acordo das partes, desde que seja conveniente, segundo os objetos da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PRERROGATIVAS:

13.1. São prerrogativas do **CONTRATANTE**:

- a) Empreender unilateralmente, modificações nos termos do contrato, desde que objetive atender ao interesse público, ressalvados os direitos da **CONTRATADA**;
- b) Rescindir unilateralmente o contrato, por inexecução parcial, total ou na ocorrência dos fatos elencados na Lei nº 14.133/21
- c) Rescindir o contrato amigavelmente por acordo entre as partes, desde que conveniente aos interesses da Administração;
- d) A rescisão contratual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO:

14.1. O presente termo contratual está plenamente vinculado as disposições do Pregão nº 001/CPCC/CMPV e a Proposta da **CONTRATADA**, conforme documento constante dos autos, as fls. ____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. O presente contrato será executado sob a égide da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Caso haja dúvidas decorrentes de fatos não contemplados no presente contrato, estas serão dirimidas segundo os princípios jurídicos, aplicáveis a situação fática existente, preservando-se os direitos da **CONTRATADA**, sem prejuízo da prevalência do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA HABILITAÇÃO:

17.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter as mesmas condições que a habilitaram neste certame, até o total cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1 - Após as assinaturas deste contrato, o CONTRATANTE providenciará a publicação em forma de extrato no Diário Oficial do Município - D.O.M.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **contrato**, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas que também o assinam, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2026.

FRANCISCO GILDEAO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

RONALDO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

VISTO:
PROCURADOR GERAL

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF nº
RG nº

NOME:
CPF nº
RG Nº